

Um personagem “incomum” na Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava: Luiz Tigre Gacom, capitão dos índios (1818-1825)

Un personaje "inusual" en la Freguesia de Nuestra Señora de Belém de Guarapuava: Luiz Tigre Gacom, capitán de los indios (1818-1825)

Cristiano Augusto Durat*

Resumo: Nos últimos anos os estudos sobre às populações indígenas tem avançado consideravelmente, em grande parte, através da utilização de novas metodologias de análise e por um diálogo cada vez mais interdisciplinar com outras áreas do conhecimento entre a história, a antropologia e a arqueologia. Com tal assertiva o presente texto faz uma análise de um personagem pouco conhecido na história dos índios da região sul oitocentista, o índio Luiz Tigre Gacom, capitão dos índios do aldeamento de Atalaia, na Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava entre os anos de 1818 a 1825. Dialogando com às orientações metodológicas da micro-história com enfoque em uma das suas frentes de interpretação, às trajetórias individuais, analisamos um conjunto de documentos que nos permitiu compreender as relações tecidas entre os indígenas e os povoadores luso brasileiro uma situação de aldeamento.

Palavras-chave: micro-história, biografia, História indígena.

Resumen: En los últimos años los estudios sobre las poblaciones indígenas han avanzado considerablemente, en gran parte, mediante la utilización de nuevas metodologías de análisis y un diálogo cada vez más interdisciplinario con otras áreas del conocimiento entre la historia, la antropología y la archeología. Con este asertivo el presente texto hace un análisis de un personaje poco conocido en la historia de los indios de la región sur octaminentista, el indio Luiz Tigre Gacom, capitán de los indios del pueblo de Atalaia, en la

* Professor assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul.

Freguesia de Nuestra Señora de Belém de Guarapuava entre los años de 1818 a 1825. Dialogando con las orientaciones metodológicas de la microhistoria con enfoque en una de sus frentes de interpretación, a las trayectorias individuales, analizamos un conjunto de documentos que nos permitió comprender las relaciones tejidas entre los indígenas y los pobladores luso brasileiro, Aldea, demostrando otrora el protagonismo indígena en áreas de frontera.

Palabras clave: micro-historia, biografía, Historia indígena.

Aos vinte dias do mês de Novembro do anno de mil oitocentos e dezaseis, nesta capella da Povoação da Atalaya em Guarapuava, depois de precederem as instruccoens necessarias da Doutrina Christã, baptisei solemnemente e puz os Santos oleos a Luis, indio adulto de idade de vinte annos, pouco mais ou menoz, denominado Gacom na gentildade em que foi nascido, filho de Cretan, já fallecido, e de sua mulher Fangong em cuja companhia veio a quatro annos para esta povoação aonde rezidem. Foi padrinho João Teixeira de Oliveira, filho solteiro do tenente Manuel Teixeira de Oliveira Cardozo, existente nesta Povoação. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima. (LIMAA, 1816, f. 33v.)

O registro de batismo como apresentamos nessa epígrafe para além de um documento primordial para os estudos demográficos é essencial para a construção de genealogias familiares e uma das fontes principais para a construção de trajetórias individuais. Esse ritual religioso vinculado ao catolicismo tinha como princípio à conversão ao cristianismo, purificação da alma e expurgo do pecado, mas, também servia para outros objetivos com o seu registro sacramental permitindo que esse ato público se tornasse um dispositivo de controle da igreja sobre seus paroquianos e fonte de informação para as autoridades coloniais e imperiais. Para contribuir ao debate sobre o uso desses registros como fontes para as pesquisas históricas, Martha Daisson Hameister ao abordar registros de batismo no período de vigência da escravidão alerta para o fato de que além de ser um rito de iniciação os registros tinham outras funções como o conhecimento das “redes de relacionamento, aceitação da bastardia ou de verificação do grau de legitimidade das crianças nascidas, como ingresso de mais uma boca para alimentar ou para trabalhar em unidade doméstica”. (HAMEISTER, 2011, p. 6).

Entretanto suas observações permitem aos historiadores repensar o uso desses registros de batismo como fonte de pesquisa para outros grupos sociais. Refiro-me nesse caso às populações indígenas. Embora tenhamos um aumento significativo de pesquisas com essa temática em diferentes contextos históricos, que vai desde a época colonial aos dias atuais encontramos pouquíssimas pesquisas que analisam com profundidade fontes documentais como os registros de batismo, casamento e óbito, embora John Monteiro já indicasse em seu livro *Negros da Terra* a importância de pesquisa esse tipo de documentação para as populações indígenas no Brasil.

Partindo do princípio de que se trata de uma iniciação cristã o mesmo não poderia ser efetuado de qualquer modo e sim, seguir rigorosamente às normas do catolicismo. Para tanto, foi criado um documento normatizador de como a igreja católica deveria atuar aqui no Brasil. Trata-se das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicado e disseminado para todo o clero brasileiro nas primeiras décadas do século XVIII. (VIDE, 1853) Toda paróquia deveria registrar esse sacramento de acordo com essas orientações: “Aos tantos de tal mês e de tal no batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. ou em tal igreja, a N. filho de N, e de sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: Foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal igreja e moradores em tal parte [...]” (VIDE, 1853, Título XX §32).

O registro de batismo infra citado é do segundo capitão dos índios do aldeamento de Atalaia, na Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Luiz Tigre Gacom após o mesmo ter passado por um período de quatro anos de catecumenato. De acordo com o padre Francisco das Chagas Lima, responsável pela catequese dos índios daquela região, Luiz Tigre Gacom assumiu a função de capitão dos índios com a morte de Antonio José Pahy em 1818, este assassinado por membros de um grupo indígena denominado de Tac-Taiás. (LIMAb, 1818, f.16).

Fontes documentais de origem eclesiástica tem sido nos últimos anos uma importante ferramenta para a história indígena inspirada por metodologias de análise que privilegiam esse tipo de documentação em suas pesquisas. Refiro-me neste caso em especial aos procedimentos analíticos da micro-história que entre outras tantas indicações propõe a construção de uma história social vista de baixo, reduzindo a escala de observação, fazendo desse contexto um “espaço de experimentação”. E no plano do micro que podemos construir trajetórias individuais e identificar em que contextos as pessoas mudam, pensam e agem ao seu modo, como se organizam as estruturais sociais e de que modo elas são moldadas, quais as estratégias de uma determinada localidade frente as questões como normas e comportamentos, identificar as irregularidades, os modos e

estratégias de sobrevivência, entre outras e inesgotáveis possibilidades de análise do social a partir dessa metodologia.

Aquilo que uma análise macro não conseguiria visualizar, exatamente, porque seu objeto de análise não permite incluir em suas hipóteses de pesquisa as contradições e as experiências individuais, a micro-história revela como esses processos se desenrolam em uma determinada localidade e como esses indivíduos subvertem uma ordem previamente estabelecida. Segundo Henrique Espada Lima, se observamos os “argumentos que inspiraram os trabalhos dos micro-historiadores [...], podemos encontrar um programa de pesquisa que compreendia muito claramente a necessidade de integrar as singularidades da realidade histórica com os processos sociais de grande fôlego e longo alcance”. (LIMA, 2015, p. 582).

Entre as possibilidades que a micro-história é capaz de orientar sob novas perspectivas interpretativas da história social, o gênero biográfico tem se mostrado um campo produtivo para o conhecimento histórico nos últimos anos.

A experiência da micro-história demonstrou para os historiadores italianos através de suas pesquisas a importância de construir trajetórias individuais para compreender a complexidade das relações sociais no intuito de perceber a subversão a regra, ao comportamento, ao contraditório, aos acordos, as redes de relacionamento, de ações e das estratégias familiares, com especial interesse para pessoas comuns os “esquecidos da história”.

Nas últimas décadas a biografia tem atraído vários profissionais para esse gênero que no passado foi alvo de duras críticas por parte dos representantes da Escola dos Annales. No final da década de 90, o enfoque para o gênero biográfico volta a ocupar a atenção de alguns historiadores como Jacques Le Goff (2001) e Carlo Ginzburg. (1987). Não temos a pretensão de elaborar uma exegese sobre as questões que marcam a biografia e todo o debate polêmico entre os que concordam ou discordam de seu alcance para o conhecimento histórico, mas demonstrar como é possível articular a metodologia da etno-história com a biografia de indivíduos “comuns”, invisibilizados em contextos sociais, culturais e políticos.

Em sua escrita sobre o uso da biografia, François Dosse discute as diferentes concepções e as fases que o gênero passou na sua escrita histórica. Dosse considera também, que o período mais importante dos estudos biográficos foi nos anos 80, com a *guinada crítica* da historiográfica francesa, onde ela deixa de ser meramente uma narrativa homogênea para dar espaço para as singularidades e as heterogeneidades. François Dosse atribuiu esse momento de rompimento com o estruturalismo como o ressurgimento da

biografia hermenêutica, cujas características se voltam para a “variação do enfoque analítico, pela mudança constante da escala, que permitem chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas” (DOSSE, 2009, p. 359). Para Dosse, a retomada da biografia antes objeto de pouco interesse dos historiadores, tem como proposta exaltar a capacidade do indivíduo contribuir para o conhecimento historiográfico através das suas práticas culturais, políticas e sociais. Segundo Dosse, o “retorno do biográfico” distanciou-se do homem político e o seu um olhar direciona-se com mais intensidade sobre os anônimos da história. (DOSSE, 2009, p. 297).

Segundo as observações de Benito Bento Schmidt o gênero biográfico mostra uma significativa renovação, embora ainda haja certo oportunismo editorial e acadêmico, os trabalhos que optam pela trajetória de indivíduos se bem fundamentados tem grandes perspectivas de se afastarem de “meras narrativas cronológicas, biografias factuais, sem preocupações explicativas e analíticas”. (SCHMIDT, 2003, p.65).

Um dos principais críticos do gênero foi Pierre Bourdieu ao alertar os pesquisadores para não caírem na “ilusão” biográfica. Bourdieu defende o argumento de que muitos trabalhos acabavam reforçando ideias pré-concebidas sobre o indivíduo e sua trajetória ficava restrito a um começo, meio e fim (BOURDIEU, 2006). Sabina Loriga afirma que o alerta dado por Bourdieu sobre a “ilusão” está relacionado ao mau uso do gênero que muitos fizeram com a história oral, atribuindo um caráter linear dos acontecimentos limitando a pesquisa a uma unidade de sentido (LORIGA, 2003). Ao escrever uma biografia é preciso reconstruir o contexto, buscar evidências históricas em diferentes espaços ou posições sociais ocupadas pelo indivíduo, ainda mais se o sujeito biografado é um indivíduo comum:

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

Giovanni Levi afirma a necessidade de preservar o espaço social em que o indivíduo vive. Essas trajetórias individuais estão imersas em um contexto e esse contexto tem a

função de suprir vazios nas fontes documentais quando há carência de documentos sobre o biografado. Nesse caso, o contexto em que o indivíduo pesquisado vive se comparado a outros personagens similares contemporâneos ao enredo e com trajetórias parecidas contribuirão para a compreensão das suas estratégias com a sociedade envolvente. É com esse intuito que Levi explora em sua escrita “a relação entre as normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade ou ainda entre racionalidade absoluta ou limitada”. (LEVI, 2006, p. 179). Problemas extremamente importantes quando se pretende pesquisar a trajetória de vida de pessoas que viveram em contextos específicos e cujas normas impositivas de um governo central, por exemplo, não surtem o efeito desejado onde as práticas locais e os códigos culturais de determinado grupo e lugar apresentam certas incoerências para as mesmas normas carregadas de contradições, em que pese observar qual a racionalidade ou as opções e estratégias políticas são permitidas ou subvertidas pelo indivíduo em interação com o grupo ao qual pertence e exerce certa influência.

Simona Cerutti em seu estudo sobre os ofícios na cidade de Turim no século XVII tinha como intenção de pesquisa encontrar as razões do porque a prática de um ofício tornou-se um critério de estratificação social. (CERUTTI, 1998, p. 174). Reconstruir trajetórias individuais foi um dos caminhos escolhidos por Cerutti na sua pesquisa:

[...]o indivíduo pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam, portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social. (CERUTTI, 1998, p. 189).

Dentro dessa perspectiva defendida por Simona Cerutti de um conjunto de relações sociais entre o indivíduo e a sociedade que a biografia ganha espaço, pois é nesse cenário que se constrói um novo contexto no qual os indivíduos fazem parte. Os estudos micro-históricos reforçam o argumento de que reduzir a escala de observação se torna um procedimento importante para a narrativa biográfica. Aliás, é de extrema necessidade trabalhar com a escala macro e micro, fazer os “jogos de escalas”, para identificar as estruturas sociais e a partir dessa perspectiva atribuir sentidos diferentes para as estratégias sociais dos indivíduos como demonstrou o trabalho de Giovanni Levi em *A herança Imaterial* (LEVI, 2000).

Partindo do princípio de que a micro-história é então um “espaço de experimentação”, acreditamos que o uso de novos conceitos e a incorporação de outras metodologias de análise no escopo de suas possibilidades amplia o olhar de como interpretamos o tecido social onde ocorrem as mais significativas mudanças na vida de um indivíduo ou grupo.

Essa dinâmica de pesquisa amplia a compreensão da história dos povos indígenas no Brasil ao demonstrarem aspectos antes negligenciados por estudos que diminuía ou afirmavam que essas populações ficavam submissas à “cultura dominante”. Sabemos, entretanto, que muitos povos indígenas foram exterminados fisicamente e culturalmente pelos processos expansionistas em grande parte como política do estado brasileiro. O índio era um objeto a ser combatido acaso não se submetesse aos conformes da política indigenista. Nessa perspectiva criou-se o mito do índio bom, o tupi civilizado e submisso às ordens reais, em contraponto ao tapuia, o mal selvagem, um inimigo a ser combatido, digno de ser exterminado se necessário fosse ou escravizado em razão dos resgates ou presos em guerras justa. (MONTEIRO, 2001).

Foi se constituindo uma corrente de estudos sobre os povos indígenas no Brasil em que essas populações apareciam em grande parte como vítimas passivas ou reagindo a estímulos externos em lugares e tempos diversos no território brasileiro. Características negativas que os colocavam à margem da sociedade envolvente.

Mas essa não foi a única via de incorporação do indígena à sociedade, outros projetos foram executados e aqueles grupos que aceitaram um modo de vida diferente do seu tiveram perdas irreparáveis como ocorreu com os índios no Ceará colonial em que foram criados aldeamentos com a proposta de “amansá-los” e “civilizá-los”. Num segundo momento potencializavam-se esses espaços no formato de uma Vila, desarticulando o modo de vida indígena e impondo um modo de organização de acordo com as orientações impositivas do Diretório dos Índios de 1757, conforme demonstrou a pesquisa de Isabelle Braz Peixoto da Silva. (SILVA, 2005).

Essas políticas indigenistas foram fundamentais para a construção de uma identidade que não correspondia à realidade indígena, de que esses sujeitos estavam em processo de transição para uma vida civilizada e, portanto, estavam *aculturados*. Maria Regina Celestino de Almeida define o pensamento dos homens letrados do século XIX da seguinte maneira:

A “aculturação’ era entendida como esvaziamento progressivo de culturas originais e em oposição a ela destacava-se a resistência, ato de extrema

bravura e rebelião contra a dominação colonial que, no entanto, uma vez reprimido reservava aos seus heróis o triste papel de vencidos, cuja única opção era aceitar passivamente a nova ordem que impunha a eles. (ALMEIDA, 2003, p. 27).

Esse olhar sobre a aculturação como apenas um mecanismo de reação conflituosa, em que uma vez derrotados os índios ficavam submetidos ao novo processo de incorporação a sociedade envolvente não foi homogêneo. Nesses estudos, aculturação estava mais próximo de assimilação. Esse tipo de orientação conceitual camuflava outros aspectos da cultura indígena, pois aceitar em alguns momentos as regras do jogo da sociedade envolvente significava em outros termos resistência e adaptação aquela nova situação.

Em se tratando de contextos específicos onde os grupos reelaboram suas ações Fredrick Barth demonstra que essas instabilidades geram mudanças sociais em contextos onde os indivíduos alimentam uma ampla rede de interação, mobilidade, contato e informação com outros grupos sem que ocorram perdas culturais, pelo contrário elas são mantidas. (BARTH, 1998). De acordo com Barth nenhum grupo étnico preserva suas características culturais em completo isolamento: “A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança ou aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos”. (BARTH, 1998, p. 188).

O padre responsável pela catequese e civilização dos índios, Francisco das Chagas Lima, deixou várias informações sobre o modo de vida dos índios que foram batizados, casaram conforme o rito católico ou que no momento de sua morte ficaram registrados informações sobre sua rede de relações, além de correspondências e relatórios onde o religioso registrou como os índios interpretavam, agiam e se manifestavam perante a sociedade envolvente. (LIMA, 2000).

As narrativas históricas desses indivíduos que estavam a serviço da igreja e em alguns casos assumindo outras funções, como representantes das autoridades coloniais e imperiais são elementos importantíssimos para as pesquisas atuais que tem como proposta de análise demonstrar o papel ativo dos índios diante das incertezas e dos projetos de incorporação à sociedade envolvente. Sem a intenção de fazer um registro completo do modo de vida dos grupos indígenas os responsáveis por redigir esses documentos acabavam produzindo etnografias que hoje são fontes excepcionais que mostram a atividade política dos índios entre outros aspectos. John Monteiro destaca essas ações

indígenas como uma ação consciente dos povos indígenas, a *agency*, desenvolvendo estratégias de acordo com suas condições e atribuindo sentidos em seus próprios entendimentos. (MONTEIRO, 1995, p. 226).

Segundo Steve Stern essa estratégia de ação/reação dos povos indígenas é um retrato de uma leitura real da nova situação que se apresentava em contato com as frentes de ocupação. Stern entende esses processos como uma “resistência adaptativa”. (STERN, 1987). Em outras palavras, não podemos mais aceitar o argumento de que essas populações ou indivíduos tenham, sempre que possível decretado guerra contra a sociedade envolvente, e que este mecanismo de enfrentamento tenha sido a única via de comunicação entre eles. Pelo contrário, várias populações indígenas decidiram ao seu modo fazer parte ou não daquele modelo de “civilização” que lhes eram apresentadas. Alguns optaram pelo convívio pacífico e outros decidiram permanecer no modo de vida tradicional adiando ainda por algum tempo o estabelecimento de relações. Aqueles, que ficaram juntos aos povoadores negociaram e criaram estratégias de sobrevivência e proteção de acordo com seus códigos culturais, sociais e políticos. Embora, o estado imperial brasileiro pautasse com certa intensidade uma série de regramentos para aproximar os indígenas, também criava mecanismos para escravizá-los e em última instância exterminá-los por “guerra justa”. (CUNHA, 1992).

O processo de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava

A história dos índios oitocentistas dos campos de Guarapuava é um caso singular na historiografia sobre a temática no Brasil pelas razões que passaremos a expor. O território em questão compreende atualmente a região centro oeste do atual estado do Paraná. Na virada do século XIX, os campos de Guarapuava, pertenciam à capitania de São Paulo e estava ligada juridicamente a vila de Castro conforme definição de Daniel Pedro Müller:

Guarapuava fazia parte da 5ª comarca tendo como cabeça do termo Castro. Esta povoação teve antigamente o nome de Yapó, por se ter fundado na margem do rio da mesma denominação. Foi fundada no anno de 1788 e depois erecta em Villa em 1798. O seu districto abarca um extenso território [...] D’ella se formou um só termo em razão de muito terreno que abrange. Comprehende quatro Freguezias, a saber: [...] Jaguaraiába; [...] Ponta Grossa; [...] Tibagi; [...] N. Sra. Do Belém de Guarapuava. (MÜLLER, 1836, p.72).

Essa área foi objeto de diversas bandeiras exploratórias a partir da segunda metade do século XVIII, quando as autoridades portuguesas preocupados com uma possível invasão dos espanhóis nesses territórios, buscam expandir seus domínios portugueses e defender-se em alguns espaços fronteiriços. O sucesso desse empreendimento só teria resultados satisfatórios se ali fosse estabelecida uma população estável e preparada a empunhar armas acaso houvesse uma invasão dos Castelhanos. Essas entradas setecentistas pelo sertão dos campos de Guarapuava foi uma iniciativa de Dom Luiz Antonio Mourão – Morgado de Mateus, cuja finalidade era garantir o domínio sobre territórios indefinidos e ampliar outras áreas produtivas e economicamente rentáveis para a coroa portuguesa, conforme resume Fernando Franco Netto:

[...] devemos entender que a política adotada pelo governo foi de expansão de fronteiras, baseadas em expedições militares de defesa, sem dúvida, para incrementar sua política econômica e social, baseadas nas transformações agrícola e populacional, visando, assim, ao desenvolvimento daquelas áreas relativamente vazias. Portanto, o processo de ocupação e povoamento de Guarapuava não foi espontâneo. (NETTO, 2007, p. 48).

A primeira tentativa de conquista e povoamento dessa região não se concretizou. Passaram-se quase quatro décadas para que de novo o projeto de ocupação e povoamento desse território voltasse a ser tema de interesse da monarquia portuguesa logo após seu desembarque no Brasil em 1808. Dom João VI, por Carta Régia de 01/04/1809 determinava a ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava. (CARTA RÉGIA, 1809, p. 136). Para chefiar este empreendimento foi designado o tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e para a assistência religiosa dos membros da expedição para trabalhar com os índios o padre Francisco das Chagas Lima.

A Real Expedição partiu de Curitiba em agosto de 1809. O trajeto da expedição passou por Campo Largo, Palmeira, Serra da Esperança e finalmente alcançou os campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810. O local escolhido pelos expedicionários para construir as primeiras habitações recebeu o nome de Fortim Atalaia.

A história de Guarapuava se mistura a história do aldeamento de Atalaia. Além de promover a ocupação e povoamento desse território, a expedição deveria atrair os indígenas da região, catequizá-los e convertê-los para a fé cristã. Aqui cabe apenas

mencionar que os primeiros indígenas que vieram ao abarracamento chegaram praticamente junto com os expedicionários. Devido às desavenças, os índios atacam os povoadores. Os índios serão novamente contatados em 1812, capturados por um grupo de militares e trazidos para dentro do abarracamento.

De 1812 até 1819, os indígenas irão conviver com os povoadores. Somente com a criação da Freguesia, o abarracamento de Atalaia, passa a ser Aldeamento de Atalaia. Este ficará sob comando direto do cacique Luiz Tigre Gacom até 1825, quando o aldeamento será atacado por um grupo de índios inimigos do cacique aldeado. Com esse conflito, o padre Chagas Lima transfere todos os índios que sobreviveram ao ataque para as proximidades da Freguesia. Entendemos que o conflito de 1825 marca o fim de Atalaia. Depois disso, os documentos que foram escritos pelas autoridades locais, militares e religiosas e por outros sujeitos continuaram tratando por muito tempo os índios como aldeados, se existissem propriamente um aldeamento em Guarapuava. Nosso entendimento é a de que não existiu um aldeamento nos moldes da política indigenista vigente no período em questão e sim, uma freguesia composta de povoadores de origens diversas convivendo diariamente com os índios remanescentes do aldeamento sob assistência do padre Francisco das Chagas Lima.

Luiz Tigre Gacom, capitão dos índios (1818-1825)

Pois bem, como já destacamos no início do texto, o registro de batismo é do cacique dos índios do aldeamento Luis Tigre Gacom que após um período de quatro anos de intensas exortações sobre o modo de vida cristão recebeu pela imposição das mãos do religioso o sacramento do Batismo. Segundo informações do relatório descritivo do padre Chagas Lima, Luis Tigre Gacom assumiu o cargo de capitão dos índios de Guarapuava logo após o falecimento de Antonio José Pahy em 1818, este assassinado por membros de um grupo indígena denominado Tac-Taiás. (LIMAb, p.16).

Os registros efetuados pelo padre Chagas Lima junto aos índios que receberam o sacramento do batismo é uma importante ferramenta para a compreensão de como essas populações entendiam os sacramentos, que motivações os levavam para que recebessem conforme os ritos católicos, mas também, qual era o significado real e simbólico que esse ritual tinha para eles com a sua realização?

Para esse caso específico, do registro de Luis Gacom podemos inferir algumas questões interessantes. Luis Gacom chegou no abarracamento de Atalaia com idade de dezesseis anos junto com outros índios no ano de 1812, ano em que houve o maior número

de sacramentos realizados em Atalaia. Do registro ainda podemos extrair uma informação que será o mote para fundamentar outras interpretações, o nome de seus pais, *Cretan* e *Fangong*. É bem provável que Luis Gacom tenha nascido entre 1790 a 1800, segundo a estimativa de idade registrada pelo padre Chagas Lima. Retrocedendo um pouco mais podemos hipoteticamente deduzir que seus pais tenham nascido na década de 50 dos setecentos. Isso implica dizer que os pais de Luis Gacom e outros membros familiares tenham sido os mesmos índios que os luso brasileiros tiveram contato com as expedições exploratórias ocorridas nesse território entre os anos de 1768 a 1774, especificamente, quando os camaradas de Afonso Botelho de Sampaio e Souza trocaram presentes com os índios que encontraram.

Se nos documentos que foram escritos dessas expedições temos a descrição dos índios de maneira genérica, apenas descrevendo-os quantitativamente, por meio do registro de batismo de Luis Tigre Gacom trazemos para o palco da história sujeitos ativos, *Cretan* e *Fangong* agindo, resistindo e traçando estratégias de sobrevivência em defesa dos seus territórios tradicionais. Portanto, o registro de batismo de Luis Tigre Gacom aponta para dois caminhos: o primeiro está relacionado a compreender como acontece essas relações sociais entre esses grupos é necessário recuar algumas décadas para entender as razões para a ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava; o segundo motivo reside na constatação de que o núcleo familiar de Luiz Tigre Gacom tem muito a nos contar sobre as relações tecidas nesse território entre índios e a sociedade luso brasileira nas décadas finais do século dezoito e por todo o século dezenove por meio de algumas trajetórias individuais.

Quando fizemos a opção pela trajetória de Francisco Luiz Tigre Gacom, sabíamos da importância que deveríamos reservar para o espaço geográfico e social no qual seu núcleo familiar estaria envolvido. Tínhamos informações documentais das suas origens, principalmente de que seu pai havia sido uma liderança impar no aldeamento de Atalaia.

Embora a centralidade da pesquisa esteja em Francisco Gacom, o espaço vivido, as relações sociais e culturais, os acordos políticos e os conflitos liderados pelo seu pai Luiz Tigre Gacom, com outros índios e com os povoadores no aldeamento de Atalaia, nos proporcionariam uma compreensão ampla dos principais fatores que contribuíram para o processo de decadência do aldeamento de Atalaia, logo após a separação entre índios e luso brasileiros ocorrido em 1821.

O principal documento referente a Luiz Tigre Gacom é uma correspondência escrita pelo padre Chagas Lima escrita em 20 de maio de 1825, endereçada ao presidente provincial de São Paulo Lucas Antonio Monteiro de Barros. (LIMAd, 1825). Nessa carta,

escrita logo após o aldeamento de Atalaia sucumbir em decorrência do ataque de abril daquele ano, o religioso expõe a dificuldade em juntar os índios aldeados chefiados por Luiz Tigre Gacom e os *índios selvagens*, resistentes em habitar o mesmo espaço dos seus inimigos.

O primeiro documento que registra sua presença no abarracamento de Atalaia é o registro de batismo de sua filha Engracia, batizada solenemente, no dia 06 de outubro de 1816. (LIMAA, f. 32v.). Passados alguns dias, Luiz Tigre Gacom era batizado junto com sua esposa Escolástica Curem no dia 30/II/1816, após um período de catecumenato. Tiveram como padrinhos o povoador João Teixeira de Oliveira. Tinham de idade 20 e 18 anos, respectivamente. (LIMAA, f. 33v.). Nesse mesmo dia, perante o padre Chagas Lima o casal recebia as bênçãos matrimoniais em cerimônia realizada na capela do abarracamento de Atalaia, tendo por testemunhas o capitão Antonio da Rocha Loures e o cabo de esquadra Elias de Araújo. (LIMAc, f 9v.).

Dessa união matrimonial, resultou numa prole de quatro filhos. O primeiro registro que temos sobre os filhos do casal e da índia Engracia batizada no dia 06/10/1816, um mês antes ao batismo e casamento de seus pais. Tinha 11 meses de idade e teve como padrinhos o soldado João Francisco de Abreu e a índia Helena a Cruz Iahuri, originária das missões do Uruguai. (LIMAA, 32v.) O segundo filho foi Francisco Luiz Tigre Gacom. Recebeu o sacramento do batismo no dia primeiro de dezembro de 1817. Seus padrinhos foram o capitão Antonio da Rocha Loures e sua esposa Joana Maria de Lima. O terceiro filho foi Manuel, nascido no dia 22/03/1821 e foi batizado, segundo consta no Livro de Batismo, em Artigo Mortis por Joana Maria de Lima. Novamente a esposa do capitão Rocha Loures foi requisitada para apadrinhar o pequeno Manuel, provavelmente motivado pela proximidade entre as famílias ou por participar ativamente do nascimento do índio. Manuel foi apresentado ao padre para receber o sacramento católico três dias após seu nascimento. (LIMAA, f. 50). O último filho de Luiz Tigre Gacom com Escolástica Curem foi Faustino batizado no dia 19/04/1823. Seus padrinhos foram o degredado e depois diretor do aldeamento Miguel Morones Galafre e a índia Gertrudes Ningá. (LIMAA, f.56).

Acompanhando os apadrinhamentos dos seus quatro filhos percebemos a expressão da segmentaridade da aliança de Luiz Tigre Gacom com a sociedade luso brasileira. Os padrinhos de Engracia eram resultado de um casamento misto, conforme o registro de matrimônio do casal, João Francisco era soldado no Regimento de Cassadores da Praça de Santos, natural da Villa de Guaratinguettá e, provavelmente havia sido convocado para compor a real expedição pelo comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, aliás testemunha da sua união matrimonial. (LIMAc, f. 5v.). Já Helena conforme

descrição do padre Chagas Lima era originário do Uruguai, provavelmente fez parte desse empreendimento na função de interprete. (LIMAd, p. 75).

No batismo de seu segundo filho, Luiz Tigre Gacom escolheu o capitão Antonio da Rocha Loures, que a essa altura já era o responsável pelo abarracamento. Aos poucos Luiz Tigre Gacom ia ampliando sua rede de relacionamentos escolhendo pessoas importantes para apadrinhar seus filhos. Para o batismo de Manuel, seu terceiro filho, pelos indicativos a criança nasceu com alguma enfermidade e teve que ser batizada em casa pela esposa do capitão Rocha Loures, Joana Maria de Lima. É possível que Joana estivesse auxiliando no parto da criança e, sem deixar de mencionar as famílias já mantinham certa aproximação pelo apadrinhamento de Francisco.

O batismo de Faustino ocorreu na capela do aldeamento de Atalaia. Seu padrinho Miguel Morones que havia recebido a incumbência do padre Chagas Lima de proteger o aldeamento contra ataques de índios selvagens. O degredado participou como padrinho de batismo de vários índios entre 1823 e 1824, além de ser algumas vezes testemunha de casamento. Segundo, Carlos Lima, para os degredados a possibilidade de apadrinhar indígenas pode, então, ser entendida como possibilidade de distinção social e reformulação do status frente à hierarquia social de uma população em área de fronteira (LIMA, 2007). Miguel Morones, em consequência dessa expressiva rede de relações pessoais com os indígenas de Atalaia, participando de 14 apadrinhamentos em 1824, o conduziu a direção do aldeamento de Atalaia conforme aviso do capitão Rocha Loures as autoridades paulistas em março daquele ano. (LOURES, 1824). Mesmo sem ainda ser nomeado diretor do aldeamento Miguel Morones, certamente tinha aceitação do capitão dos índios Luiz Tigre Gacom, desde o momento em que foi escolhido para ser padrinho de seu filho Faustino, ampliando seu campo de aliança. Levando em consideração que Miguel estava em Atalaia para defender os índios contra os inimigos de Luiz Tigre Gacom.

Da prole de Luiz Tigre Gacom, apenas o seu segundo filho teve maior sorte. Os outros três filhos faleceram sem alcançar idade adulta, respectivamente: Engracia faleceu seis dias após o seu batismo. (LIMAb, f. 13v.) Manuel no dia seguinte a realização do sacramento (LIMAb, f. 17) e Faustino já passados seis meses (LIMAb, f. 19v.).

Segundo informações retiradas dos relatórios descritivos do padre Chagas Lima, o índio Luiz Tigre Gacom chegou ao posto de capitão dos índios aldeados, logo após o conhecimento da morte de Antonio José Pahy ocorrida em 1818, quando o mesmo acompanhado de outros atacava outros índios pelo sertão de Guarapuava com o propósito de aprisioná-los e vendê-los aos luso brasileiros. Convém ressaltar que Antonio Jose Pahy foi um importante aliado dos povoadores no processo de convencimento de seu grupo para

que viessem ao abarracamento de Atalaia, conviver com os luso brasileiros.

O padre Chagas Lima reclamava da conduta nada amistoso do capitão dos índios aldeados Luiz Tigre Gacom, acusando-o de desviar os índios catecúmenos para constantes ataques contra outros grupos indígenas pelo sertão de Guarapuava. Não temos relatos sobre a sucessão ao posto e cacique dos índios em Guarapuava, mas segundo observações realizadas por Pierre Mabilde, na ausência de um filho do cacique morto com idade apto a assumir o comando dos índios *é aclamado um dos parentes mais chegados da sua família*. (MABILDE, 1983, p. 95). Esse parece ser o caso para a sucessão do cacique Pahy, seu filho Francisco Netxian tinha pouco mais de 8 anos quando seu pai foi morto.

Em relação a sua aceitação como chefia indígena pelas autoridades portuguesas sabe-se que era uma prática exercida como forma de valorização enquanto uma liderança indígena, inclusive destinando patentes militares como forma de sancionar os acordos, como nos aponta Maria Celestino de Almeida:

[...] as autoridades portuguesas, tanto religiosas quanto civis, também incentivaram a criação de uma nobreza indígena por meio de concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio a algumas chefias que desempenhavam papel fundamental no processo de integração de seus subordinados ao sistema colonial (ALMEIDA, 2003, p. 150).

Destituí-lo como capitão dos índios poderia ocasionar a evasão dos índios do aldeamento de Atalaia. Restava ao padre Chagas Lima e ao capitão comandante Antonio da Rocha Loures não ceder aos constantes pedidos de escolta armada para atacar os seus inimigos.

Embora o aldeamento contabilizasse mais de 117 índios em 1821, logo após a mudança dos povoadores para a freguesia de Nossa Senhora de Belém, não temos informação de que outros grupos vieram residir junto com os aldeados. Os documentos apontam para o uma evasão, em pequena escala de alguns grupos familiares, provavelmente por desavenças com o capitão dos índios Luiz Tigre Gacom. Nesse ano, o padre Chagas Lima confeccionava a primeira relação de índios do aldeamento de Atalaia apresentando o núcleo familiar do capitão Gacom composto por doze indivíduos.

Luiz Tigre Gacom – Cazado; Escholastica Curem – mulher; Francisco, fº. Innocente; Luzia Fangong, May viúva; Andreza Grendoró, Irmã viúva;

Martinho Carmang, seu filho menor; Rufina, sua filha inocente; Felicia Veimocá, irmã viúva; Lourenço Cavú, seu filho menor; Anna, sua filha inocente; Feliciana Crembanc, agregada viúva; Joaquina, sua filha inocente. (LIMA, 1821, p. 249)

As pessoas que compõem o domicílio de Gacom são seus familiares. Entre eles, encontramos Andreza Grendoró irmã de Gacom, com dois filhos Martinho e Rufina. O que nos chama atenção nesse núcleo familiar é fato e que Rufina sua sobrinha e Francisco seu filho estarão convivendo num mesmo espaço social. Com a morte de Gacom em 1825, ambos seguem rumos diferentes e suas mães passarão a chefiar domicílios até o casamento de seus filhos: Francisco Gacom e Rufina. A união desses primos é um casamento preferencial dentro da organização social do grupo Kaingang, conforme poderemos analisar no capítulo dois desta pesquisa.

Na descrição sumária realizada pelo padre Chagas Lima em 1821, logo após os aldeados ficarem sob atenção vigilância de Gacom, ficamos sabendo que sete índios haviam abandonado o aldeamento, entre eles destacamos Vitorino Fuoc-Xó e sua mulher Rita de Oliveira. (LIMA, 1821, p. 256). O casal reaparece numa relação de índios na freguesia de Guarapuava, num aparente domicílio com três filhas, Margarida, Lourença e Leocadia. O chefe de domicílio trata-se de Vitorino Condá. Acreditamos que os dois índios não eram aliados nem estabeleciam alianças via inter casamentos com o capitão dos índios aldeados Luiz Tigre Gacom, pela deserção de Vitorino Condá em 1821.

Entre as alianças estabelecidas entre Luiz Tigre Gacom e os demais índios aldeados, via apadrinhamento, identificamos apenas dois registros. O primeiro deles ocorreu no dia 26 de abril de 1824, quando ele e a índia Genoveva Iagnan foram padrinhos do pequeno João, com um mês de vida, primeiro filho de Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê. A cerimônia ocorreu solenemente como determinava o ritual católico. (LIMAA, f.59v). No mesmo ano, com o intervalo de 3 meses novamente o capitão dos índios foi requisitado para apadrinhar Manuel Concrom no dia 26 de julho de 1824. As informações retiradas do seu registro de batismo não mencionam a idade deste índio, apenas reserva-se a descrever que o mesmo era casado com Niri, índia ainda pagã, e que foi batizado sob enfermidade grave na casa de particulares. (LIMAA, f. 61).

Os índios pelos quais Luiz Tigre Gacom guerreava constantemente eram os cayeres, estes no primeiro contato que tiveram com os povoadores foram agraciados com objetos e tecidos como forma de estabelecimento de alianças e para mostrar os benefícios que teriam se optassem por viver em aldeamento:[...] nação dos cayeres[...] depois de se render com os

mais, e receber donativos, que se fizerão a todos, se retirou para os confins deste campo, da parte de oeste, quase nos arraiais dos castelhanos d'America: onde se tem conservado no estado de selvagens e pagaons. (LIMA, 1825).

Os índios cayeres eram os principais inimigos dos índios aldeados e no intervalo entre os anos de 1820 e 1822, ocorreram vários conflitos entre eles. Por diversas vezes Luiz Tigre Gacom solicitou ao comando da freguesia de Guarapuava uma escolta armada para acompanhá-los na captura dos índios selvagens. É importante realçar que dos vários conflitos envolvendo facções indígenas no povoamento dos campos de Guarapuava, em nenhum destes episódios foram contra os luso brasileiros. Essa observação já havia sido realizada pelo padre Chagas: *elles ainda não romperão a paz feita com os portugueses, aos quais não tem feito mal algum.* (LIMA, 1825).

Era previsível o rompimento das alianças entre o capitão Luiz Tigre Gacom com o comando da freguesia em decorrência dessa incompatibilidade na forma como ambos lidavam com grupos indígenas em processo de aproximação. Os índios aldeados em Atalaia retiraram-se do aldeamento nos meses finais de 1824 colocando em risco a permanência do aldeamento de Atalaia. Padre Chagas Lima inconformado com essa decisão se embrenha pelo sertão em busca dos seus catecúmenos:

Tendo em aviso nesta freguezia que os Índios e Índias da Atalaya quazi todos, com Luiz na frente, se tinham retirado em figura de hirem estabelecer nos seus antigos lares do sertão; no mesmo instante montei a Cavallo, acompanhado unicamente de dois portugueses e hua índia por servir de guia, fui após delles e os reduzi a voltarem a sua aldeã; e a seguirem nella, como d'antes a religião Christã, que havião professado. Quando ahi chegamos (o que foi no dia 13), que diligências não fiz para os accomodar com minhas exhortaçoes e dádivaz? Fazendo render o Diretor Portugues de quem se queixavão e sobretudo segurando-lhes a posse de huas terras minhas contiguas as suas com todo o gado qui ahi se achava. (LIMA, 1825, p. 9).

É certo que o capitão dos índios Luiz Tigre Gacom não se acertava mais com o diretor do aldeamento Miguel Morones Galafre, sem compadre. Isso expressa outrora que sob situações desfavoráveis ao grupo, o cacique rompe as alianças estabelecidas acaso suas reclamações não sejam resolvidas. Em 15 de março de 1824, o comandante da povoação Antonio da Rocha Loures, oficiava a Junta da Fazenda da província de São Paulo, órgão

responsável pelo pagamento os soldos das tropas em Guarapuava, que o degredado Miguel Morones havia sido elevado à condição de administrador e Diretor dos Índios. Outrossim, solicitava da Junta o pagamento de 90 réis por dia de trabalho no aldeamento e reafirmava a importância de manter *gente portuguesa* no aldeamento de Atalaia, afim de inibir possíveis ataques dos índios selvagens contra os aldeados. (LOURES, 1824).

Situação semelhante foi identificada por Maria Celestino de Almeida na aldeia de Mangaratiba nos anos finais do século XVIII, quando os índios se insuflaram contra o capitão mor, acusando-o de praticar rigorosos castigos com os índios aldeados e por não ser índio (ALMEIDA, p.165). As queixas sobre o administrador dos índios foram cumpridas no aldeamento de Mangaratiba, assim como aconteceu com as reclamações realizadas pelo capitão dos índios aldeados de Atalaia, exigindo a demissão de Miguel Morones da direção administrativa do aldeamento. Seu sucessor foi o degredado Felix Pereira casado com uma índia Genoveva Iagnan. (PONTAROLO, 2010, cap. III).

Sobre o episódio de 1824, ficamos sabendo que Luiz Tigre Gacom ampliou o espaço do aldeamento, após ser incorporada uma parte das terras do padre Chagas Lima localizado ao lado da sesmaria dos índios. Após terem passado por uma experiência de aldeamento, os índios também ressignificavam e redefiniam seu espaço físico, rearticulando-se social e culturalmente nesse território de uso coletivo. Diante das adversidades presenciadas no sertão, a permanência nos aldeamentos significava também um espaço de sobrevivência através da posse de terras, das ferramentas e alguns casos proteção dos luso brasileiros. Nesses espaços, segundo Maria Celestino de Almeida:

[...] reelaboravam também suas relações com o novo território, que passava a ser vivenciado de forma diversa, de acordo com as novas necessidades do mundo colonial. Negociações com a terra e a preocupação em garantir os títulos de terra, como instrumento de defesa de seu território [...]. (ALMEIDA, 2003, p. 219).

É digno de nota, o fato de que Guarapuava estava *mudando de Face* num período conturbado e tenso da forma de aquisição de terras no Brasil, sendo que em 1822 o Regime de Sesmaria havia sido revogado. (MOTTA, 2008). Discutiremos com mais propriedade essas situações no terceiro capítulo, no entanto sua menção nesse ponto é para mostrar que em Guarapuava, pessoas de outras regiões, nominados pelo padre Chagas Lima de *Forasteiros* estão tomando posse de terras nos campos do Pinhão, região localizada a oeste de Guarapuava.

[...] para que todos aquelles moradores, ou forasteiros, que entrarão para o Campo do Pinhão, com ordem ou aprovação do comandante, ou sem hua cousa nem outra, da hi se retirem, trazendo seus gados, pois se os Portugueses que la os forem tratar, fizerem alguma acção imprudente, que pareça rompimento da paz com os Cayeres que dahi não moram longe, ou ainda com os votorons, que ahi tem seu canto[...]. (LIMA, 1825).

Luiz Tigre Gacom retornou ao aldeamento de Atalaia tão logo suas condições foram cumpridas pelo padre Chagas Lima. No entanto, as desavenças entre os aldeados e os índios selvagens permaneciam acirradas, principalmente após a morte de Jacinto Doiangrê aliado do capitão dos índios. Muito embora, os índios aldeados tivessem garantias e proteção dos luso brasileiros, os índios inimigos invadiram o aldeamento em abril de 1825 com o propósito de matar Luiz Tigre Gacom:

[...] provocados pelos repetidos insultos, crueldades e mortes, que na sua corporação praticavão os aldeados, vierão em Abril de 1825, e hostilmente avançarão a povoação[...] Luis Tigre Gacom havia continuado nos cruentos conflictos com aquella horda, apesar della ter enviado antecedentemente alguns mezes alguns dos seus, que ainda declararão aos aldeados – se formos ainda por vós perseguidos no logar onde nos alojamos, havemos de nos vingar. (LIMA, 1821, p. 208).

O ataque ao aldeamento de Atalaia foi uma manobra arriscada não aldeados, que sofriam constantemente investidas dos homens comandados pelo capitão os índios Luiz Tigre Gacom a título de vingança. Entretanto, é bem provável que o cacique aldeado estivesse estendendo sua chefia para outras localidades, subjugando grupos a exemplo desse grupo, nominados nos registros do padre Chagas Lima de *Cayeres*. A descrição precisa dos fatos ocorridos entre os indígenas não aldeados e os aldeados, foi narrada pelo padre Chagas Lima:

Achando-me eu presente naquella Aldeã, para onde tinha hido, havião dous dias em deligencia de sacramentar hua enferma, e mais índios em satisfação dos preceitos quadragezimaes; estando apouzentado em hua casa, oitenta passos das outras retiradas, e a dormir, pelas tres horas da madrugada disparou a hum tiro de espingarda[...] não tive mais que

duvidar[...] salvei-me pela fugida [...]. (LIMA, 1825)

Esses indígenas que atacaram Atalaia buscaram aproximação com os luso brasileiros e assim desejavam estabelecer sua morada com os aldeados, mas a convivência com o capitão dos índios se tornava inviável pelos históricos conflitos entre os dois grupos:

O índio de nome Luis Tigre Gacom hera então o que mais figurava, e o que tinha mais autorid.^e na Aldeã: este se encarregou da empreza. Por hua e muitas vezes supplicou ao comandante, lhe desse gente Portuguesa para o acompanhar nesta digressão. Porem como a supplica hera muito alhea da justa defeza promettida por S. Magestade aos Índios Aldeados, não se lhe concedeo, mas antes o comandante, e eu mesmo, empregamos toda a força de nossas exhortações e cautellas possíveis para desviar a todos os índios de hua acção conhecidamente injusta. (LIMA, 1825).

Não obtendo ajuda e incentivo dos povoadores, os indígenas de Atalaia ficaram apreensivos quanto aos ataques que poderiam se concretizar, visto que a rivalidade entre os grupos era bastante acentuada. O confronto que pôs fim à Aldeia de Atalaia ocorreu no dia 26 de abril de 1825, na ocasião, foram mortos vinte e oito indígenas. Entre elas, destacamos a morte de Luiz Tigre Gacom e de seu sobrinho Martinho Carucang, filho de Andreza Grendoró. Identificamos que os índios selvagens mataram três mulheres de um mesmo núcleo familiar: Christina Cateim e suas duas filhas Dorothea Gangrain e Raquel. Ao cruzar essas informações com o Livro de Batismo, ficamos sabendo que Christina Cateim era a terceira esposa do índio polígamo Iongong, Chefia indígena que esteve no abarracamento de Atalaia no período de 1812-1813.

Percebemos pela leitura dos documentos que os Cayeres não intencionavam se indispor com os luso brasileiros, suas investidas destinavam-se em eliminar o grupo comandado pelo capitão Luiz Tigre Gacom. Mesmo com objetivos evidentes de eliminar a chefia indígena, os índios aproveitaram a situação para aprisionar algumas mulheres:

[...] pondo-se de fora a esperar quem sahia, se hera homem, elles o matavão, se hera mulher dizião: largue a roupa: se ellas o fazião as deixavão hir. Se não fazião as perseguião a tiros de settas. Aconteceo que sahindo hua May com o filhinho as costas, cuberto de hum lençol, como o não largasse, despedirão-lhe hua setta, que atravessou o innocente, e ainda ferio a May [...]. (LIMA, 1825).

Esse fato corrobora uma situação observada por Mabilde entre os índios no Rio Grande do Sul, quanto à captura de mulheres. (MABILDE, 1983, p. 65-66). Nos ataques que faziam contra outros grupos, os índios sempre aprisionavam algumas mulheres, principalmente para o chefe indígena que gozava do direito de ter várias esposas. No ataque de 1825, os Cayeres aprisionaram uma jovem *de onze para doze annos apprehenderão e levarão consigo*. (LIMA, 1825).

No momento do ataque estavam presentes no aldeamento um colono e um degredado casado com uma índia descendente dos Cayeres. Os dois soldados não esboçaram qualquer reação para defenderem os aldeados. A defesa do aldeamento era uma das tarefas da sua permanência naquele território. Antes foram poupados do massacre conforme relato do padre Chagas Lima:

Elles na verdade queimarão as casas dos índios, porem não queimarão nem saquearão sinco dos portugueses que estavam a outro lado, sem embargo de se haverem postado ali diante de suas portas, em distancia de poderem vigiar sobre hua pessa de artilharia, que ahi estava: mas antes deixarão sahir livremente hum delles aliado por casamento na aldeã, a família toda de Luiz que ahi se apresentava e outras mais em numero de 16 a 20. (LIMA, 1825, p. 7).

Ao final do ataque, entre os mais de 130 indígenas aldeados, 28 foram mortos naquela ocasião. Entre os mortos 18 eram homens capazes de pegar em armas para se defenderem, conforme exposição do padre Chagas Lima, *Estavão então no Atalaya muitos índios vigorozos e capazes de hua defesa, mas que poderião fazer elles sendo surpreendidos*. (LIMA, 1825, p. 6). As construções onde estavam alojados os índios não proporcionaram sua defesa, antes foi sua derrocada. Os Cayeres incendiavam as casas que eram cobertas de palhas e ficavam esperando a saída dos índios.

Luiz Tigre Gacom usava naquela ocasião uma espingarda com a qual disparou várias vezes contra seus inimigos, mas não houve meios de suportar por muito tempo os ataques: *Os cayeres, depondo bordoens e lanças com que primeiramente vierão foram buscar seus arcos e flexas[...]quando voltaram a primeira couza que fizeram foi matar o índio Luiz*. (LIMA, 1825). Com a morte de Luiz Tigre Gacom, não tivemos mais informação sobre a escolha de um novo capitão dos índios após a decadência do aldeamento. Após o ataque de 1825, o padre Chagas Lima conduziu os sobreviventes para as proximidades do povoamento, para

continuarem o processo de catequização e conversão e na administração de sacramentos.

Os anos em que Luiz Tigre Gacom esteve à frente do aldeamento como chefia e capitão dos índios ficaram marcados por sucessivos conflitos com outros grupos indígenas e de acordos e alianças com as autoridades locais.

Com a Nova Atalaia, as terras do aldeamento de Atalaia ficaram vulneráveis e passíveis de serem invadidas pela população local. Embora o que mais preocupava o missionário era a presença de forasteiros vindos de outras regiões desconhecidos dos processos históricos de diálogo com o grupo de índios *selvagens*:

[...] para que todos aquelles moradores, ou forasteiros, que entrarão para o Campo do Pinhão, com ordem ou aprovação de comandante, ou sem hua cousa nem outras, da hi se retirem, trazendo seus gados, pois se os Portugueses que la os forem tratar, fizerem alguma acção imprudente, que pareça rompimento da paz com os Cayeres que dahi não moram longe, ou ainda com os votorons, que ahi tem seu canto[...]. (LIMA, 1825).

É de se notar nas palavras do padre Chagas Lima sua preocupação em relação à ocupação de territórios com ou sem consentimento do comandante da freguesia, capitão Rocha Loures. Com o fim do regime de sesmarias em 1822, o apossamento sobre terras devolutas intensificou-se espantosamente, principalmente em territórios onde os limites dos *senhores e possuidores* de terras eram imprecisos.

Considerações finais

A trajetória individual de um sujeito aparentemente sem grandes feitos, cuja origem remete ao estereótipo indígena, nesse caso aqui apresentado o capitão dos índios Luiz Tigre Gacom nos permite compreender em quais condições ele subverte suas práticas culturais, políticas e sociais que o permitem reelaborar suas ações e negociações na garantia de terras para aldeamento. Os contextos da sua trajetória ora assumindo a identidade indígena, ora afastando-se dos seus pares e aproximando-se da sociedade envolvente são indicativos das suas estratégias que o constituíram como uma liderança indígena expressiva e polêmica no aldeamento de Atalaia, Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava nas primeiras décadas do século XIX, e mais do que isso, no período de consolidação da ocupação pelos luso brasileiros nesse território.

Com a trajetória de Luiz Tigre Gacom podemos identificar sua mobilidade e a

manutenção/rompimento de suas redes de relacionamento com outros caciques, as estratégias de compadrio, apadrinhamento e parentesco com a sociedade envolvente, com os degredados, com escravos e outros indígenas. Essa ampla rede de relações construídas por Luiz Tigre Gacom ao longo de sua vida contribuiu para reformular suas estratégias e ressignificar suas funções políticas atribuídas à sua liderança em situação de aldeamento.

No que diz respeito à outros temas, a trajetória de Francisco Gacom constitui uma excelente oportunidade para recolher informações sobre a operação em pequena escala, de uma série de questões fundamentais para o entendimento do século XIX brasileiro. Isso nos mostra as formas de contato entre grupos indígenas e sociedade imperial, a partir de uma crítica sobre os aldeamentos imperiais e a incorporação dos índios à sociedade luso brasileira, as definições de “índio”, identidade e representação, processos de incorporação e mestiçagem; as relações entre as formas de contato e os traços étnicos dos índios; analisar os grupos da sociedade imperial que fortaleciam alianças com índios na fronteira agrária; as formas de apropriação do solo no século XIX; as diferentes estratégias para a incorporação dos índios à sociedade; as diversas definições de aldeamento então em circulação e algumas questões sobre a relação entre o Estado imperial e os proprietários na fronteira agrária.

Fontes

CARTA RÉGIA DE 1º DE ABRIL DE 1809, que “Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquelle território”. In: Collecção Decisões do Governo do Império do Brasil de 1809. Typographia Nacional, RJ, 1891, p.136.

LIMA, Francisco das Chagas. Carta ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros. Data: 20 de maio de 1825. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 192, Ordem 987.

LIMAA, Francisco das Chagas. *Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1*: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867, f. 33v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMAB, Francisco das Chagas. *Livro de Assentos de Óbitos nº 1*: Desde 01 de outubro de 1810 até 08 de novembro de 1880, f. 16. Guarapuava: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMAd, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, A.L. F. (Org), *Documentação sobre os povos indígenas: séculos XVIII e XIX*. Curitiba:Ed. Aos quatros ventos, Série Monumenta, v. 3, nº 9, 2000.

LIMAb, Francisco das Chagas. *Livro de Assentos de Óbitos nº 1*: Desde 01 de outubro de 1810 até 08 de novembro de 1880, f. 16. Guarapuava: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMAc, Francisco das Chagas. Livro de Assentos de Casamentos nº 1: Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Guarapuava: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LOURES, Antonio da Rocha Loures. Correspondência às autoridades o governo da província de São Paulo em 15 de março de 1824. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

LOURES, Antonio da Rocha. Correspondência às autoridades do governo da província de São Paulo em 15 de março de 1824. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BARTH, Fredrik, “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STEIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. pp. 187-227.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 182-191.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p.174.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAMEISTER, Marta Daisson. O Uso dos registros de batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. *Anais: Porto Alegre: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, p. 6

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 179.

- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Índios de Palmas expostos em Campo Largo: preação, resgate e os ecos da lógica o tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840). *Colóquios*, vol. I n. I, novembro/2007, p. 12-29
- LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, vol. 16, n. 31, p. 571-595, jul/dez. 2015, p. 582/583
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 249.
- MABILDE, Pierre. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. IBRSA/INL. São Paulo, 1983, p. 95.
- MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. *Condá e Viri: Chefias indígenas em Palmas-PR, década de 1840*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS_UFPR. Curitiba, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Posseiros nos oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: MOTTA, Márcia; Paulo Zarth (Org.) *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longa da história*. Vol. 1. Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. p. 85-101.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838, p. 72.
- NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Guarapuava/PR: Unicentro, 2007.
- PONTAROLO, Fábio. *Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Viver em aldeamentos: encontros e confrontos nas povoações da Amazônia portuguesa, século XVIII. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade*. Métis, Caxias do Sul, vol. 2, n.3, jan./jun. 2003, p. 57-72.
- SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de Índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. *Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação*: Palmas,PR (1850-1888). Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSC, 2010.

STERN, Steve. The age of Andean insurrection, 1742 - 1782: A reappraisal. In: STERN, Steve. *Resistance, Rebellion, and Consciouness in the Andean Peasant World, 18th to 20th*. The University of Wiscosin Press, 1987.



Recebido: 8 de agosto de 2017

Aprovado: 19 de setembro de 2017